

CULTURA, PODER E AS DIFERENÇAS

Sandra Beatriz Morais da Silveira¹

Resumo: Este artigo é resultado de reflexões teóricas e metodológicas sobre cultura e sua relação com a diversidade de outros. Considerando o contexto social, racial e político brasileiro, a cultura desafia uma reflexão sobre o ambiente escolar, particularmente quando mobiliza ação na perspectiva de mudança social.

Palavras-chave: Culturas. Diferenças. Diversidades. Educação. Poder.

Abstract: This article is a result of theoretical and methodological thoughts about culture, regarding its relation with other people's diversity. Considering the social, racial and political Brazilian context, culture challenges reflection about school environment, particularly when it mobilizes actions in a perspective of social changes.

Keywords: Cultures. Differences. Diversity. Education. Power.

INTRODUÇÃO

Na busca por respostas para algumas inquietações teóricas e metodológicas desenvolvemos uma pesquisa teórico/conceitual sobre a temática cultura(s), em seu contexto mais abrangente. Com este artigo pretendemos continuar alimentando o sentimento científico cada vez mais crescente sobre o estudo das culturas com base na realidade brasileira. E, assim, participar da discussão sobre a diversidade cultural no sistema de ensino brasileiro, especificamente.

Desde seu surgimento na Inglaterra, sua expansão pela América, em especial no Brasil, o campo teórico dos Estudos Culturais tem sido palco para muitos debates proeminentes em torno do significado das culturas da produção/reprodução de identidades, da construção do conhecimento e das relações de poder entre os grupos culturais.

Importante ressaltar que os Estudos Culturais são pioneiros junto à academia na abordagem da temática cultura, e que, ao mesmo tempo em que abordam as questões do âmbito da cultura global, adquiriram também os contornos e as matizes das configurações

¹ *Doutora em Educação/UFRGS – E-mail: sbmsilveira10@gmail.com

locais. Possuem fórum privilegiado sobre a temática cultura, e há uma articulação com vários campos do saber; porém, entendemos também que há algumas insuficiências teóricas responsáveis por não abarcar a totalidade dos significados e nem as articulações que empreendemos em nossas análises críticas.

Por considerarmos esses aspectos, tomamos de empréstimos os estudos realizados por autores clássicos identificados com os Estudos Culturais, para elaboração do presente texto, assegurando um espaço de diálogo com outros autores cuja identidade teórica está próxima da concepção que nos orienta.

POTENCIAL TEÓRICO PARA O ESTUDO DA CULTURA

Inicialmente, partimos da concepção de que cultura é uma construção histórica, cujo produto é coletivo. E, como afirma Homi Bhabha (1998), os estudos sobre cultura nos remetem às condições de produção de conhecimento, as quais estão identificadas com as relações de poder. Atualmente, identificamos diversos centros de poder preocupados em definir, entender, controlar e agir sobre o desenvolvimento da cultura, cuja esfera de atuação institucionalizada expressa os conflitos e os interesses presentes na sociedade.

Concordamos com Canclini (2007), quando este afirma que cultura é um sistema de relações que identifica diferenças, contrastes e comparações; dessa forma, compreendemos que abordar a "cultura" na perspectiva da contestação da ordem social pode constituir-se no motor de elucidação de fatos sociais, pois até mesmo os instáveis significados de cultura atuam concretamente como instrumentos das modernas relações de poder imbricadas na ordem tecnoeconômica e nos regimes políticos, transformando seu domínio, como o mais dinâmico da civilização ocidental.

O termo "cultura" é responsável por demarcar fronteiras, por estabelecer categorias de pensamento, justificar pensamentos e ações. Devido as suas características, a palavra cultura está relacionada com as práticas de organização simbólica de seus diversos meios de comunicação.

Na origem da noção de cultura há uma associação à base formal da educação – da cultura ocidental, consolidada pelas escolas monásticas da Idade Média. Com a inclusão da noção de civilidade à pedagogia infantil (1530), começa uma distinção entre os nobres e os demais, transformando-se numa estratégia de distinção social expandindo para o termo civilização.

Observamos que noção de cultura, ao longo de seu processo histórico, vai ocupando diversos significados, até consolidar a separação entre a cultura dominante e a cultura subalterna (GRAMSCI, 1976): o ideal de aperfeiçoamento humano. Os dois termos, cultura e civilização, identificavam-se para o projeto de expansão colonial que o Ocidente concebia para o processo civilizatório como modelo universal de cultura.

Civilização é a forma mais “elevada” de agrupamento pela cultura e o fator de identidade cultural mais amplo de que dispõem os povos, independentemente daquilo que os distingue das outras espécies. Civilização distingue-se de cultura pela amplitude do nível de identificação do sujeito. As civilizações podem misturar-se, englobar subcivilizações, sem deixarem de ser entidades significativas.

Para Homi Bhabha (1998), a cultura tem de lidar com as determinações geradas num dado espaço social e num tempo histórico preciso. Podemos citar o caso brasileiro: possuímos uma dinâmica múltipla de identidades, resultantes da forte heterogeneidade sociocultural da realidade sul-americana, afro-brasileira e brasileira. Após centenas de anos de colonização, os europeus (por meio das elites nacionais) continuam reproduzindo o discurso de enaltecimento de seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder, tendo, como modelo de civilização, a Europa.

Entrelaçando todas as práticas sociais, e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana, como práxis, como atividade na qual homens e mulheres fazem a história, está a cultura. Há uma relação dialética entre o ser, a consciência social e o aspecto histórico.

As práticas sociais constituem-se discursivamente e os discursos formam sujeitos e objetos que se condicionam, deslocam-se, multiplicam-se ou invertem posições. E o que impulsiona essa dinâmica é a vontade de saber a verdade do sujeito, instituindo-se como lugar da verdade. E, assim, essas práticas articulam-se visando cumprir um determinado objetivo estratégico.

A história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, sejam elas movidas por suas forças internas, sejam em consequência dos contatos e conflitos. O que não podemos fazer é discutir sobre cultura ignorando as relações de poder dentro de uma sociedade ou entre as sociedades.

A cultura, além de influenciar a maneira como os conhecimentos são selecionados, ela própria é elemento de seleção; organiza valores e significados da sociedade, mas também os institui, ao possuir o poder de explicar e coordenar as relações sociais e em fazer seleções do que é válido e aceito, como afirma Foucault (2006).

Se a cultura é composta de construções, interpretações que não são únicas e verdadeiras, mas subjetivas, relativas e políticas, o conhecimento, que é uma destas construções, também não é neutro, nem homogêneo e nem estático. Conhecimento este que é permeado por relações históricas, sociais e políticas, constituindo-se de valores, significados e sentidos múltiplos. Ele expressa visões particulares, significados próprios de determinadas culturas e insere-se na disputa e manutenção do poder, sendo, a noção de valor que aqui atribuímos, a que orienta a prática do sujeito para a ação social, a qual espelha as convicções e as crenças de um sistema particular.

O estudo sobre cultura exige que abordemos aspectos do eurocentrismo e do universalismo, visando focalizar as “outras pessoas”, cujas capacidades cognitivas e mesmo sua história intelectual não são percebidas, não há visibilidade.

Na dimensão do processo social, a cultura registra as tendências e conflitos da história e suas transformações sociais e políticas. Para Gramsci (1976), a institucionalização da cultura faz parte da organização social. Por tudo isto, é sempre fundamental entender os sentidos que uma realidade cultural faz para aqueles que a vivem.

CULTURA DA DIFERENÇA

Cada cultura possui uma lógica interna, que devemos conhecer para que suas práticas, suas concepções e as transformações pelas quais passam façam sentido, pois é o resultado de sua história; relacionam-se com as condições materiais de sua existência.

Entendemos que o estudo da cultura contribui no combate aos preconceitos oferecendo os elementos históricos, conceituais, cognitivos, sociais e políticos como plataforma para a construção de relações de reconhecimento, valorização e respeito no convívio com e entre as culturas (SILVEIRA, 2002).

Quanto à diferenciação, é preciso notar que a diversidade tem principalmente a ver com possibilidades e não com identidades. A diferença não é o ponto de partida, mas de chegada, uma vez que o ponto de partida aponta as possibilidades concretas de diferenciação. Desse modo, a discriminação será o não reconhecimento da exclusão do outro nos percalços da diferenciação.

Na cultura da diferença, o “outro” perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. Embora a “outra cultura” possa ser reconhecida, ser representada, é seu local enquanto fechamento das

grandes teorias, a exigência de que, em termos analíticos, ela seja sempre o bom objeto de conhecimento, o dócil corpo da diferença, que reproduz uma relação de dominação.

Tratamos a diferença cultural como um processo de enunciação do conhecível, como legítima e adequada à construção de sistemas de identificação cultural. Ela é um processo de significação através do qual as afirmações da cultura e sobre a cultura se diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. Podemos recorrer à afirmação do professor Sodré (1985) quando este afirma, então, que a cultura emerge como problema quando há uma perda de significado na contesta o e articula o da vida cotidiana com suas interse oes com rela oes de classe, de g nero e de raça.

Entendemos que a fun o da teoria no interior do processo político torna-se dupla quando nossos referentes e prioridades políticas – o povo, o antirracista, a luta de classes, a diferença de g nero – não existem como um sentido primordial, tampouco refletem um objeto político unitário ou homogêneo. Estão sempre em tensão histórica, cultural e política.

Nenhuma cultura   unitária, tampouco simplesmente dualista do “eu” com o “outro”; portanto, a concep o de uma identidade nacional pura não se configura. Porém, as culturas nacionais são produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas, já afirmava Stuart Hall (1997).

O conceito de cultura, entendendo-a como uma categoria apreciada em seu fazer-se, no acontecer histórico, filosófico e político implica estudar, observar e conhecer modos de vida, em que homens e mulheres percebam suas realidades e pautem suas existências. Cultura, então, passa a ser entendida como um fator de mudança social, pois ela é uma matriz geradora de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva.

Podemos afirmar que, para os povos subordinados, aqui determinados com base na teoria gramsciana, é determinante a afirma o de suas ancestralidades culturais para recupera o de suas histórias reprimidas, a exemplo da popula o afrodescendente brasileira; em nossa compreensão, o negro sem uma “identidade de cultura racial” não terá como transformar nenhuma estrutura social, porque somente o aspecto est tico não constrói uma identidade de valores, de  tica e de política. ”Criar uma nova cultura significa difundir criticamente verdades já descobertas, socializ -las por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de a oes vitais”. (GRAMSCI, 1976, p.13).

O conceito da diferença, então, refere-se à variedade de maneiras como os discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construçoes da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis

entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como contingente e variável. Portanto, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. É, sim, uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração ou em igualitarismo, reconhecimento e formas democráticas de agência política.

Em outras palavras, podemos afirmar que há um abismo entre o abstrato reconhecimento filosófico do “outro” e a prática ético-político real, concreta de aceitação de outras possibilidades humanas de alteridade, num mesmo espaço de convivência.

A articulação social da diferença cultural, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que, na interpretação de Canclini (2007), emergem em momentos de transformação política. O direito de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizado é alimentado pelo poder da ancestralidade de se reinscrever através das condições de contingência e da contraditoriedade que presidem sobre a vida dos que estão na “minoria”. E, assim, os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos.

A ancestralidade da história é uma dinâmica, isto é, uma força propulsora de fidelidade pela mudança, em que se recolhe todo o movimento da identidade, aqui entendida como vigência de um princípio fundador na sucessão das fases históricas. É o que pensadores africanos designam como autenticidade e contemporaneidade. Para DIOP (1978), ela oferece uma explicação relativamente coerente do mundo percebido e vivido.

A nosso ver, as perspectivas com o universal, em alguns momentos, polarizam e criam uma hierarquia nas relações com o específico. A definição de universal é tratada como um termo conceitualmente sedutor e, às vezes, politicamente astuto. Os universais são dinâmicos na realização, em vez de padrões de uniformidade. Portanto, uma abstração pode ser o principal mecanismo de toda discriminação. Já deparamos antes, e vamos continuar nos defrontando com a noção de globalização que complementa a noção de universal.

Esta é uma globalização tecnoeconômica do mundo – uma nova etapa qualitativa da planetarização, que aceita a fragmentação territorial, mas nivela culturalmente as diferenças de povos em função da virtualidade do mercado, deixando, conforme o pensamento de Sodré, intocada a questão do etnocentrismo ocidental, a questão essencial da heterogeneidade simbólica.

As várias identidades culturais marcam a incompletude de certo horizonte universal, que é continuamente redefinido de modo que nele possam ser negociadas as suas demandas

particulares. Concordamos com Hall (1997) quando este afirma que as identidades são complexas, múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades.

As relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas da sociedade descolonizada ou entre o sistema global como um todo. O poder imperial foi substituído por um sistema de poder assimétrico e globalizado. É estruturado em dominância. Sua esfera é planetária, cujos circuitos econômicos e culturais são orientados para o Ocidente. Aliada, ainda existe proliferação subalterna da diferença. Para Bhabha (1998), a luta entre os interesses locais e os globais não está definitivamente concluída.

Como o universalismo é constituído pela hierarquia entre o universal e o particular/específico, a globalização constitui-se pela hierarquia entre o global e o local. Porém, a globalização é um processo de translocalização concreta, protagonizada por forças econômicas, políticas e culturais concretas.

A dicotomia saber moderno/saber tradicional, entre outras, revela uma dimensão de dominação, o que nos faz entender que todo conhecimento é parcial e situado. E que não há monocultura do saber.

Interessa-nos, nesta análise, a diferença entre conhecimento-regulação que se contrapõe à de conhecimento-emancipação. Enquanto, no primeiro, a ignorância é concebida como caos e o saber como ordem, no que tange ao conhecimento-emancipação, conceito que adotamos, a ignorância é concebida como colonialismo e o saber como solidariedade.

Consideramos como elementar e fundamental o uso do termo cultura no plural, já que este se constitui num conjunto de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que são construídas socialmente, variando de grupo para grupo e de uma época para outra, pois não se afirma que uma categoria individual seja internamente homogênea e unitária, e sim plural. Com isso, justificamos a utilização da palavra no plural – culturas –, para demarcar sua diversidade.

No caso, passemos a refletir com maior intensidade e a questionar a lógica na qual as culturas estão desenvolvidas, em que há valores e sentidos contraditórios que nos compelem a acreditar que as culturas são variadas, mas que devemos agir como se elas fossem unívocas.

As marcas africanas constituem indicadores fundamentais no processo de construção da cultura brasileira, a qual tem seus fundamentos entre as diversidades dos processos civilizatórios que aqui se encontraram por determinações estruturais geradas a partir da

política e da ideologia de sustentação do sistema colonial-escravagista. Diante dessas estruturas, a diferença é moldada e molda o mundo do poder.

Acreditamos na posição igualitária pluralista, através da qual as diferentes culturas possuem parcelas iguais na constituição da sociedade e são expressões de uma forma de humanidade. A cultura é, assim, mais do que um ajuntamento de ideias e valores. Ela é fundamentada na diferença, que funciona como uma estratégia e um recurso político, à medida que seu caráter reivindicativo ganha legitimidade.

Ao buscarmos oferecer as identidades diferenciadas, iguais condições de competir nesse jogo democrático, no qual se impõe a necessidade de quebrar a hegemonia da identidade dominante, a cultura eurocentrista, construída com tamanha solidez é reforçada a tal ponto que reina silenciosa, sem ser por muitos percebida como cultura hegemônica.

Para respeitar as diferentes culturas, é preciso entender a inserção dessas culturas particulares na história mundial. A diferença não é feita apenas de ideias, ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social.

A análise até aqui efetuada deixa explícito que a cultura é uma expressão que abrange vários sentidos. Está associada à educação, à formação, às manifestações artísticas; atualmente, é identificada com os meios de comunicação, com as festas e cerimônias tradicionais. No entendimento de Sodré (1985), a lista pode ser ampliada conforme a dimensão regional rural, urbana, material e imaterial.

Ao adotar a centralidade da categoria conhecimento na teoria da cultura, observamos um forte acento crítico permanecendo subjacente às definições de cultura, que não é homogênea em todo o território nacional, mostrando as diferenças regionais. Como exemplo, podemos citar o cenário brasileiro em que a cultura foi utilizada pelos grupos libertos e/ou escravizados, como elemento de resistência, dando origem ao que hoje chamamos de cultura negra ou afrodescendente, cujos elementos como filosofia, estética, religião de matriz africana, estrutura política e familiar extensa e solidária serviram de base para a unidade e o fortalecimento desses homens e mulheres que sabiamente souberam entender o potencial estratégico e tático da cultura negra no enfrentamento ao preconceito, à discriminação, ao racismo, à desigualdade e ao machismo.

A cultura negra afrodescendente, em geral, é estudada pelos pesquisadores via vertente multicultural. Quando esta se propõe a uma apreensão do real, é apoiada nas sensibilidades e sentimentos, que lida com incorporação da dimensão simbólica para análise das formas de organização social como um modo de entendimento, segundo o qual os indivíduos elaboram

formas cifradas de representar o mundo, produzindo palavras e imagens que dizem ou mostram mais, além daquilo que era expresso ou mostrado nos registros materiais.

O conhecimento configura-se, em suas linhas gerais, como o esforço para compreender a realidade, compreensão esta que se realiza como uma atribuição do sentido, de uma significação, uma intencionalidade, um processo em que, para compreender uma realidade, a consciência subjetiva reduplica os dados da experiência, que a relacionam com a esfera, a objetividade. Esses dados passam a ser representados mentalmente, inclusive no plano simbólico. A compreensão ocorre como estabelecimento de nexos entre objetos e elementos da realidade, ao mesmo tempo em que viabiliza algum tipo de intervenção do ser humano sobre estes objetos e/ou realidade.

As análises partem do pressuposto de que os elementos que compõem os processos de produção e reprodução cultural são complexos, dinâmicos e ativos, e não atuam de forma mecânica; antes, são modelados de tal maneira a sustentar e reproduzir a estabilidade social e cultural.

Outro exemplo é o estudo do processo de escolarização brasileiro, que contribui para percebermos a obrigatoriedade de refletirmos, de não negarmos, ignorarmos ou esquecermos as culturas presentes no espaço escolar, pois elas são inesgotáveis e sempre constitutivas dessa ambiência. O processo educacional é, inevitavelmente, um processo cultural, e, sendo a cultura um espaço de diferenças, estas borbulham todos os instantes nesse ambiente, que é composto por pessoas com distintas formas de conceber o mundo e suas relações com identidades diversas. Não há, portanto, como não trazer as diferenças culturais para o palco de discussão e da formação contínua no ambiente escolar.

A relação entre a organização institucional da escola e a organização mais ampla da sociedade situa-se no processo de reprodução cultural, em que o acesso ao conhecimento e, em particular, sua distribuição geral, é socialmente mediado e, em alguns casos, diretamente controlado. Com isto, estamos afirmando que a instituição escola, em geral, tem selecionado apenas os aspectos artísticos de entretenimento da cultura negra/afro-brasileira, em geral nas datas específicas, e que não questionam a cultura hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada cultura apresenta elementos e experiências que constituem saberes próprios, específicos àqueles grupos. Porém, os grupos culturais não constituem guetos isolados; os grupos sociais interagem, assim como interagem suas culturas.

Entendemos que o estudo das culturas no cenário brasileiro prestará um serviço valioso às outras ciências que estudam o “homem”, o ser humano, considerando a cultura no contexto mais vasto do comportamento humano. Seu enquadramento epistemológico deverá contemplar sua complexidade.

É preciso reconhecê-las e abrir espaço para as culturas, no sentido social da construção de situações de participação e de convívio com a diversidade, sem hierarquia de poder, entre os conhecimentos produzidos pelas mesmas, pois todas compõem a política cultural nacional.

Importante destacar que, em tempos de diferenças culturais, a sociedade civil é o sujeito de direito, com o potencial político para assumir o protagonismo na definição e controle social, na implementação de uma política cultural que a contemple com todas suas diferenças.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DIOP, C. A. **The cultural unity of Black Africa: The Domains of Patriarchy and of matriarchy in classical antiquity**. Chicago: Third World Press, 1978.

FOUCAULT, M. **Estratégias, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Circulo do Livro, 1976.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, V.22, n.2, 1997, p.15-46.

SILVEIRA, S. B. M. Na defesa dos direitos humanos e combate ao racismo. In: **Caminhos para a igualdade nas relações raciais**. Porto Alegre: THEMIS, 2002, p.15-27.

SODRE, M. **Reinventando a cultura, a comunicação e seus produtos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.